

## **Luta das mulheres pela terra e os comuns no diálogo de Silvia Federici com Marx**

*Women's struggle for land and the commons in the dialogue between Silvia Federici and Marx*

**Heloísa Nerone<sup>1</sup>**

**Resumo:** Esta pesquisa tem por principal objetivo a articulação entre a teoria feminista da reprodução social e a concepção dos comuns em Silvia Federici, com o fim de analisar a centralidade das mulheres na luta pela terra no capitalismo. Para tanto, serão expostos os fundamentos da acumulação originária em Marx e os avanços teóricos trazidos pela teoria da reprodução social, que coloca a acumulação de diferenças no interior da classe trabalhadora como basilar ao nascimento do modo de produção capitalista, enfatizando que cada onda de expansão do capital reativa a violência da acumulação originária e a investida capitalista sobre a terra e sobre os meios de reprodução social. O olhar feminista proposto permite reconhecer que as mulheres foram e ainda são especialmente prejudicadas pelos processos de acumulação. Além disso, recorrendo-se à noção de “comuns” tal como operacionalizada por Silvia Federici, serão expostos os fundamentos da construção de comuns anticapitalistas que desafiam a lógica da acumulação. Pretende-se demonstrar que a mulher, pelo papel a ela destinado na divisão sexual do trabalho, vive diferencialmente, em relação ao homem, os efeitos da expropriação da terra e dos meios de reprodução social. Por esse motivo, também é protagonista nas lutas que hoje são travadas – a nível global e local – em defesa do meio ambiente e do direito à terra como forma de reconquistar sua autonomia reprodutiva, bem como na construção ativa de modos de vida alternativos.

**Palavras-chave:** terra; gênero; trabalho reprodutivo; capitalismo; comuns.

**Abstract:** *The main objective of this research is to articulate the feminist theory of social reproduction and the conception of the commons according to Silvia Federici, to analyze the centrality of women in the struggle for land in capitalism. In this regard, this paper exposes the fundamentals of original accumulation in Marx's thinking and the theoretical developments brought by the feminist theory of social reproduction, which places the accumulation of differences within the working class as the basis of the birth of the capitalist mode of production, emphasizing that each wave of capital expansion reactivates the violence of the original accumulation and the onslaught on the land and on the means of social reproduction. The feminist viewpoint allows us to recognize that women were and still are especially affected by the capital accumulation processes. Furthermore, using the notion of “commons” as operationalized by Silvia Federici, this paper will discuss which principles guide the construction of anti-capitalist commons that truly challenge the logic of capital accumulation. Hence, this paper aims to demonstrate that women, due to the role assigned to them in the sexual division of labor, experience differently, in relation to men, the effects of the expropriation of the land and the means of social reproduction. Thus, women are also the protagonists in the struggles wage today – globally and locally – in defense of the environment and the right to land as a way to regain reproductive autonomy, as well as in the active construction of alternative ways of life.*

---

<sup>1</sup> Estudante de graduação do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET Direito UFPR.

**Keywords:** *land; gender; reproductive labor; capitalism; commons.*

## **Introdução**

Se um elemento essencial do desenvolvimento do capitalismo é a desarticulação do corpo social, também é certo que a criação de hierarquias no interior da classe trabalhadora faz com que as relações capitalistas sejam experimentadas de forma muito diferente pelos sujeitos. A teoria da reprodução social, desenvolvida por diversas feministas marxistas e anticapitalistas, tais como Silvia Federici, mostra como a cisão entre produção e reprodução e a divisão sexual do trabalho estão no centro da exploração capitalista desde o seu início, e como essa divisão coloca as mulheres – especialmente as mulheres racializadas – em uma condição de invisibilidade e precariedade. Justamente por isso, são essas mesmas mulheres que, hoje, estão à frente da luta pela preservação e construção daquilo que, desde os movimentos antiglobalização da década de 1990, se passou a denominar de “comuns”.

A partir do olhar feminista, a questão da terra no sistema capitalista adquire novas nuances. A terra é, ao mesmo tempo, fator essencial e contraditório para o capital: essencial porque é nela que se desenvolve toda a atividade produtiva, e contraditório porque não pode ser produzida pelo trabalho. A separação do produtor da terra foi uma das principais características do momento de acumulação originária no início do sistema capitalista e continua sendo elemento central para compreensão do relacionamento predatório que o capital mantém com a terra ainda hoje. Em todos esses momentos, as mulheres, privadas do seus meios de reprodução e aprisionadas no véu da feminilidade, são especialmente afetadas.

Com base na obra de Silvia Federici, esta pesquisa busca expor brevemente a centralidade da mulher especificamente na luta pela terra. A teoria da reprodução social nos permite repensar os fundamentos da acumulação originária em Marx e a reativação da violência originária à cada onda de expansão do capital. A acumulação do capital passa a ser vista como acumulação de diferenças no interior da classe trabalhadora, basilar ao nascimento e desenvolvimento do modo de produção e com efeitos especialmente nocivos para a vida das mulheres. Ao mesmo tempo, são essas mulheres que protagonizam o movimento pela defesa e construção dos “comuns” que marca, desde a década de 1990, uma orientação contra os efeitos do neoliberalismo e pela recuperação democrática do controle sobre diferentes espaços, recursos e relações.

Portanto, o trabalho aqui proposto abordará estes três momentos presentes na obra de Federici – acumulação originária, novas ondas de expansão do capital e paradigma dos comuns – com ênfase na questão da terra e do protagonismo das mulheres envolvidas na sua proteção e transformação.

### **Acumulação originária e a cisão entre produção e reprodução**

No volume 1 d'O capital, Marx introduz a categoria de “acumulação originária” para descrever o processo político de reestruturação social e econômica fundacional do sistema capitalista. A acumulação originária (ou a formação original do capital) não é, como a denominação poderia levar a entender, a acumulação dos “meios de subsistência, instrumentos de trabalho e matérias-primas, em suma, [d]as condições *objetivas* do trabalho já dissociadas do solo e já amalgamadas ao trabalho humano” (MARX, 2011, p. 674). Levada à cabo por meios absolutamente violentos, a acumulação originária é o próprio processo histórico de *separação* entre produtor e meio de produção que libera o trabalhador rural para a indústria e transforma os meios de subsistência e produção em capital.

No início do capitalismo na Inglaterra, separar os produtores do meio de subsistência significava expropriar do pequeno produtor e do camponês a terra que lhes pertencia e de onde retiravam sua subsistência, processo que alcançou seu auge com cercamentos de terras comunais no séc. XVIII. Desta forma, os camponeses até então livre e economicamente autônomos, que representavam a maioria da população inglesa à época, foram privados de objetividade, i.e., privados dos meios objetivos de produção e reprodução (território, matéria-prima, meios de subsistência, instrumentos de trabalho etc.) As condições objetivas o trabalho, agora desvinculadas dos indivíduos, passam a existir potencialmente como capital em relação negativa com o trabalhador, também potencialmente livre.

Avançando nas teorizações de Marx, Silvia Federici afirma que a acumulação originária foi “*também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora*, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a ‘raça’ e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno” (2017, p. 119). Segundo a autora, a construção dessas diferenças se deu pela paulatina separação entre trabalho produtivo e reprodutivo: no novo sistema, apenas a produção para o mercado é considerada produtiva, enquanto o trabalho

reprodutivo – isto é, o trabalho que tem por objetivo gerar e manter a vida (e, portanto, a força de trabalho) em seus mais diversos aspectos – perdeu seu valor do ponto de vista econômico. Mais do que isso, a reprodução, antes de responsabilidade social, passou a ser atribuída exclusivamente à mulher no âmbito doméstico, enquanto atributo natural de uma certa feminilidade.<sup>2</sup>

Por esse motivo, o processo de acumulação originária e expropriação da terra dos camponeses, especialmente das terras comunais, foi especialmente prejudicial para as mulheres. Isso não significa que a opressão de gênero não existisse com outras configurações no modo de produção feudal – entretanto, as mulheres trabalhavam no campo e aproveitavam dos frutos do seu próprio trabalho, não dependendo exclusivamente dos seus maridos para se manter. Além disso,

Se também levarmos em consideração que, na sociedade medieval, as relações coletivas prevaleciam sobre as familiares e que a maioria das tarefas realizadas pelas servas (lavar, fiar, fazer a colheita e cuidar dos animais nos campos comunais) era realizada em cooperação com outras mulheres, nos damos conta de que a divisão sexual do trabalho, longe de ser uma fonte de isolamento, constituía uma fonte de poder e de proteção para as mulheres. Era a base de uma intensa sociabilidade e solidariedade feminina que permitia às mulheres enfrentar os homens, embora a Igreja pregasse pela submissão e a Lei Canônica santificasse o direito do marido a bater em sua esposa (FEDERICI, 2017, p. 53).

Os cercamentos significaram um duro golpe nos meios de subsistência, autonomia e sociabilidade das mulheres, cada vez mais restringidas do acesso à terra e forçadas a aderir à nova divisão sexual do trabalho – o que só foi possível, como ressalta Federici, através de um longo processo de degradação da imagem da mulher que culminou em séculos de caça às bruxas, tanto na Europa quanto nas colônias. Isso explica por que, desde o início do desmantelamento do sistema feudal, as mulheres ocuparam um lugar de destaque nos movimentos de resistência camponeses, primeiro nos movimentos heréticos dos séculos XII e XIII e depois nas lutas contra os cercamentos no século XVIII.

Com a acumulação originária, o trabalhador “cria constantemente um duplo fundo para o capitalista, ou na forma do capital, uma parte do qual satisfaz continuamente as condições de sua própria existência e a outra, as condições da existência do capital” (MARX, 2011, p. 670). Às mulheres, foi reservado o papel (supostamente vocacional e natural) de gerar e manter esse trabalhador sem qualquer remuneração (ou com ínfima

---

<sup>2</sup> Por isso, “a transição do para o capitalismo é uma questão primordial para a teoria feminista, já que a redefinição das tarefas produtivas e reprodutivas e as relações homem-mulher nesse período, ambas realizadas com a máxima violência e intervenção estatal, não deixam dúvida quanto ao caráter construído dos papéis sexuais na sociedade capitalista.” (FEDERICI, 2017, p. 30).

remuneração, quando o trabalho era realizado no lar alheio), aumentando sua dependência do marido e condenando-as à invisibilidade enquanto trabalhadoras. Principalmente, essa configuração da divisão sexual do trabalho permitiu ao capital obter uma enorme quantidade de trabalho de graça, inevitavelmente desvalorizando a força de trabalho e o salário real.

### **Expansão do capital, acumulação por despossessão e novos cercamentos**

Como Marx mesmo defende, essa grande pilhagem, no entanto, não é exclusiva da formação do capitalismo, como mostra o período colonial. Nos países desenvolvidos, no entanto, conforme os trabalhadores passam a reconhecer as exigências do modo de produção capitalista como “leis naturais e evidentes por si mesmas.” (MARX, 2019a, p. 808) – ou seja, conforme se consolida a subsunção real ao trabalho – a violência extraeconômica do período de acumulação originária passaria a ser empregada apenas excepcionalmente, substituída pela violência econômica da relação entre capital e trabalho. Se opondo a essa cronologia, Rosa Luxemburgo afirma que a pilhagem de recursos de zonas não capitalistas ou pré-capitalistas (como o campesinato e o artesanato) são condições permanentes para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, “como uma série contínua de espirais” (1970, p. 15) que se sucedem.

Atualmente, na fase neoliberal do capitalismo, as teorizações de Rosa Luxemburgo foram retomadas por David Harvey no desenvolvimento de sua teoria da acumulação por despossessão. Para Harvey, a lógica predatória de despossessão é efeito contínuo da expansão do capital sobre todas as esferas da vida social. Da mesma forma que Rosa Luxemburgo, Harvey acredita que o capitalismo precisa permanente de um “fora de si mesmo” – por outro lado, acrescenta que “o capitalismo pode tanto usar algum exterior preexistente (formações sociais não-capitalistas ou algum setor do capitalismo – como a educação – que ainda não tenha sido proletarizado) como produzi-lo ativamente” (2003, p. 118). Para o autor, uma das principais características da fase atual do capitalismo é a ampliação do domínio do que se pode apossar, isto é, do que é possível de ser apropriado, não só apenas pela expansão do capital para áreas e grupos sociais fora do domínio imediato (como se percebe com o movimento de financeirização da vida e

expansão do microcrédito, por exemplo), mas pela renovação e aprofundamento de sua influência nos lugares em que já está estabelecido.<sup>3</sup>

O mesmo caminho é traçado por Silvia Federici ao afirmar que toda fase de expansão capitalista reativa a violência da acumulação originária, mostrando que “a contínua expansão dos camponeses da terra, a guerra e o saque em escala global e a degradação das mulheres são condições necessárias para a existência do capitalismo em qualquer época” (2017, p. 27). A autora adere, aqui, à gramática dos “novos cercamentos” (*new enclosures*)<sup>4</sup> para se referir à reorganização do processo de acumulação em curso desde a década de 1970, cujo principal objetivo seria extirpar os trabalhadores do terreno no qual seu poder organizativo se construiu: “os novos cercamentos (e muitos dos antigos cercamentos) não se direcionam contra pequenos produtores privados e suas propriedades. Eles visam destruir as terras e espaços comunais que são a base do poder proletário” (2019b, p. 32, tradução livre).<sup>5</sup>

Independentemente da nomenclatura adotada para tratar do fenômeno da expansão do capital, todos os autores acima citados enfatizam o fato de que ele adquire, hoje, nuances diferentes da acumulação original descrita por Marx – tanto Harvey quanto Federici insistem, por exemplo, no importante papel exercido pelo setor financeiro, e Federici volta seu olhar à destruição dos espaços comunais que constantemente se formam e se renovam no seio do capitalismo. Ao mesmo tempo, como coloca Harvey, “todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias” (2013, p. 121), como a expulsão de populações camponesas de suas terras, a privatização de

---

<sup>3</sup> Dardot e Laval (2017) destacam a característica bastante ortodoxa do marxismo de Harvey nesse aspecto, que aposta em um viés “progressista” da despossessão como forma de acelerar o movimento em direção ao socialismo.

<sup>4</sup> Para Dardot e Laval, a partir de Harvey, cristaliza-se no marxismo contemporâneo a temática da predação e a analogia com a expropriação dos *commons*, o que, para os autores, “leva a valorizar o aspecto do ‘roubo’ e da ‘pilhagem’, em detrimento da análise clássica da exploração do assalariado” (2017, p. 139). Desta forma, o vocábulo do “cercamento dos comuns” não permite pensar os modos de resistência às novas formas de exploração capitalista nas empresas e administração pública. “Também corresponde, obviamente a um momento histórico mais marcado pela *defesa* de tudo o que ainda não foi completamente submetido ao capital na vida cotidiana do que pela mobilização *ofensiva* dos que dependem diretamente de sua lógica, a saber, os assalariados do setor privado, e cada vez mais, os dos serviços públicos submetidos à gestão neoliberal” (*idem, ibidem*). Além disso, precisamos nos questionar se esse tipo de abordagem não estaria trocando um impasse pelo outro: da produção objetiva e superação por dentro do capital ao desenvolvimento de comuns externos ao capitalismo como meio de superá-lo (o que os autores chamam de “difusão por fora”). Apesar de Silvia Federici falar em “novos cercamentos”, não parece correto afirmar que a autora adote uma posição defensiva dos comuns, como se verá mais a frente do texto no tópico “Os comuns em Silvia Federici e a reprodução social”.

<sup>5</sup> Do original: “*the new enclosures (and many of the old) are not aimed at petty private producers and their property. They aim to destroy communal lands and spaces that are the basis of proletarian power*”.

recursos naturais, a substituição da agropecuária familiar pelo agronegócio e a escravidão. No mesmo sentido, Silvia Federici afirma que “o regime de destruição das terras comunais ainda é a espinha dorsal da presente fase de desenvolvimento do capitalismo e a causa da onda de violência que afeta tantas regiões do mundo” (2019b, p. 3, tradução livre).<sup>6</sup>

A questão da terra, sua apropriação capitalista e as consequências sociais daí decorrentes continuam sendo, portanto, pontos centrais da dinâmica de acumulação capitalista atual. E tal como no nascimento do capitalismo, as mulheres continuam sendo especialmente afetadas por ela. De acordo com dados da ONU,<sup>7</sup> as mulheres compõem mais de 40% da força de trabalho na agricultura em países em desenvolvimento – porcentagem esta que tende a minimizar a participação da mulher na atividade agrícola, uma vez que uma pessoa ingressa nessa estatística apenas se a agricultura é a sua principal atividade econômica e, por outro lado, a composição da força de trabalho não leva em consideração o trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres. De acordo com Silvia Federici,

Agências internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) ignoraram muitas vezes as dificuldades apresentadas pela mensuração do trabalho de subsistência; por outro lado, reconheceram que essa mensuração depende da definição adotada. (...) Não é fácil, então, avaliar precisamente, tendo como referência as estatísticas disponíveis, quantas pessoas, e quantas mulheres em particular, estão envolvidas na agricultura de subsistência. Mas está claro que é um número significativo. Na África subsaariana, por exemplo, de acordo com a FAO, “as mulheres produzem até 80% de todos os alimentos básicos para o consumo doméstico e para o comércio”. Considerando que a população da África subsaariana é de cerca de 750 milhões de pessoas, e que uma grande porcentagem é composta de crianças, isso significa que mais de cem milhões de mulheres africanas devem ser agricultoras de subsistência. Como diria o slogan feminista: “as mulheres sustentam mais da metade do céu” (FEDERICI, 2019a, p. 280-81).

As mulheres constituem, assim, a maior parte dos trabalhadores agrícolas do planeta hoje e a terra é a base material para a sua subsistência e de suas famílias. As políticas de privatização e expropriação de terra (já há muito incentivadas por organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI) são um duro golpe na vida dessas mulheres, que se veem privadas de seus meios de reprodução, e na vida de todos nós que

---

<sup>6</sup> Do original: “*despite the differences in social context, the destruction of communal land regimes remains the backbone of the present phase of capitalist development and the cause of the surge of the violence that is affecting so many regions across the world, although dispossession today is also imposed through the generalization of debt*”.

<sup>7</sup> FAO. **The role of women in agriculture**. ESA Working Paper No. 11-02, mar. 2011. Disponível em: <http://www.fao.org/3/am307e/am307e00.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2021. P. 03.

dependemos do seu trabalho. Não é surpresa, portanto, que sejam essas mesmas mulheres as protagonistas nas lutas da defesa da terra e a na experimentação com outros modos de vida, como se verá adiante.

### **Os comuns em Silvia Federici: reprodução social e protagonismo feminismo**

As lutas das mulheres pela terra e, de maneira mais ampla, pelos seus meios de reprodução são pensadas por Silvia Federici a partir da noção dos comuns. Dardot e Laval (2017) mostram como o “comum” é, desde os anos 90, um princípio invocado por movimentos sociais (como o altermundialismo e os movimentos contra a globalização) para fazer frente ao avanço e à lógica neoliberal, utilizando-o como bandeira da mobilização alternativa.<sup>8</sup> Tal movimento faz especial referência à categoria dos *commons* (comuns), em um resgate dos *commons* medievais, entendidos como o conjunto de costumes que permitia aos camponeses o uso de florestas, pastos e afins, conjunto este atacado pelos cercamentos no início do desenvolvimento capitalista. Ganhando maior amplitude conceitual do início do séc. XXI, o termo compreende, hoje, “tipos extremamente variados de recursos, atividades e práticas e diz respeito a todas as populações do mundo” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 102), marcando uma orientação contra os efeitos do neoliberalismo e pela recuperação democrática do controle sobre esses espaços e recursos. Sob o impulso dos movimentos ambientalistas, o paradigma dos comuns ganha um impulso ligeiramente diferente: “trata-se de proteger os ‘bens naturais’ contra a exploração sem limites – portanto, de proibir ou restringir o acesso a esses recursos ou o uso deles” (*idem*, p. 103). O que dá sentido à união desses diferentes aspectos sob uma mesma designação é a exigência de uma nova e mais justa gestão democrática de recursos comuns.

O paradigma dos comuns tem, portanto, um aspecto claramente defensivo, de proteção dos recursos comuns (que devem ter acesso restrito ou estarem disponíveis a todos) contra a lógica do mercado, através da promoção de formas democráticas de controle dos recursos comuns, em apelo ao autogoverno local em contraposição ao papel do Estado enquanto defensor das populações. Nesse sentido, a categoria dos comuns tem a vantagem estratégica de “englobar todos os elementos da realidade, todas as práticas, todas as instituições, todos os títulos e os estatutos ameaçados pela lógica proprietária e

---

<sup>8</sup> O termo “comuns” não foi empregado pelos movimentos dessa época, mas decorre de uma leitura retroativa das novas características dessas lutas.

mercantil, a qual é resumida pela categoria geral e abstrata de ‘cercamentos’” (*idem*, p. 113). Por outro lado, Dardot e Laval destacam que também há uma dimensão ofensiva e criativa, que “atua pela promoção das práticas comunais que podem se desenvolver com base nos ‘recursos comuns’” (*idem*, p. 111), o que possibilita compreender que a riqueza não é produzida apenas pelos donos do capital, mas também por práticas colaborativas, retomando a crítica da propriedade privada como condição absoluta da riqueza social.

Em sua obra, Silvia Federici operacionaliza a categoria dos comuns especialmente em sua dimensão criativa. Apesar de falar em “novos cercamentos” para se referir à acumulação capitalista atual e reforçar o papel das mulheres (especialmente das mulheres periféricas) na defesa dos seus meios de reprodução (especialmente os ligados à terra), esses “novos cercamentos”, para Federici, têm mais a ver com a destruição das relações construídas em espaços comunais do que com a destruição dos espaços em si mesmos. E aqui está uma das principais características dos comuns para a autora: eles não são coisas, mas relações sociais, que nascem e se modificam constantemente.

Federici não desenvolve um conceito fechado do que são os comuns – nas palavras da autora, “você vive os comuns, você não pode falar sobre eles, e muito menos teorizar sobre eles” (FEDERICI, 2019b, p. 77, tradução livre).<sup>9</sup> Ela, no entanto, tece algumas características que acredita serem necessárias para que um comum contribua para a superação do sistema capitalista e, ao mesmo tempo, enuncia algumas iniciativas comunais que não se prestam à esse papel. Nestes, estão inclusos os comuns cooptados pelo Estado e mecanismo internacionais e aqueles controlados pelo mercado, à exemplo dos “comuns globais” da ONU e do Banco Mundial que, sob o falso pretexto de conservação ambiental, transformaram florestas em reservas ambientais, expulsaram populações nativas e simultaneamente tornaram essas áreas disponíveis àqueles que podiam pagar pelo ecoturismo.

Federici não está preocupada com as condições formais de existência dos comuns, e sim com as condições materiais para a construção de uma economia baseada nos comuns e que sirva de ponto de resistência e ruptura com a dependência e subordinação às relações capitalistas. Nesse sentido, os comuns que realmente representam uma alternativa sistêmica<sup>10</sup> são aqueles que se materializam em espaços

---

<sup>9</sup> Do original: “*You live the commons, you cannot talk about them, and even less theorize them*”.

<sup>10</sup> Todas as características apresentadas nesse parágrafo são apresentadas por Federici no pequeno ensaio “*Commons against and beyond capitalism*”, escrito em conjunto com George Caffentzis e encontrado no seu livro “*Re-enchanting the world: Feminism and the Politics of the Commons*”.

autônomos que visam a autogestão, pautada na existência de propriedade compartilhada das riquezas sociais e naturais (com a terra, água, florestas, sistemas de conhecimento e cuidados) – riquezas estas que não estão à venda – e acesso igualitários aos meios de reprodução. Esses espaços devem buscar a superação das divisões sociais (sejam elas de raça, gênero, classe ou outra) e são constituídos na base da cooperação social, de relações de reciprocidade e co-responsabilidade pelo uso e reprodução da riqueza compartilhada (seja ela natural ou produzida). Justamente por essas características, os comuns pressupõem a existência de uma comunidade – daí a farsa dos “comuns globais” da ONU e do Banco Mundial, que necessitariam de uma inexistente “coletividade global”.

Existem dois pressupostos importante por trás dessa abordagem dos comuns: a rejeição de uma leitura historicista de Marx em relação à destruição dos *commons* e, em segundo lugar, o olhar de um ponto de vista feminista. Quando ao primeiro, retomando o que foi trazido no início desse trabalho, para Marx os cercamentos, enquanto violência extraeconômica, fizeram parte do processo de acumulação originária e subsunção real dos trabalhadores ao capital: a mudança das relações sociais no campo separou o trabalhador da sua possibilidade de trabalho e subsistência nas comunidades rurais, liberando os trabalhadores de qualquer laço de dependência existentes para ingressarem no modo de produção capitalista. A violência da separação entre trabalhador e meio de produção não fez com que Marx idealizasse o uso dos bens comunais; ao contrário, no processo dialético da “negação da negação”, o fim dos bens comunais é visto como etapa necessária para que alcance a propriedade social dos meios de produção: querer conservar a relação direta do pequeno produtor com seu meio de produção e os frutos do seu trabalho seria frear o movimento da história rumo à acumulação do capital e à eventual “expropriação dos expropriadores” (MARX, 2019a, p. 832). A eliminação dos *commons* nos países da Europa Ocidental é, em Marx, uma necessidade.<sup>11</sup> Para Federici, ao contrário, os comuns não só são aquilo que fornece condições de vida para muitas pessoas (especialmente mulheres) ao redor do mundo, mas também são o ponto de partida para alternativas

---

<sup>11</sup> Conforme destacam Dardot e Laval (2017, p. 133), “o próprio Marx demonstrou certo arrependimento nas famosas cartas a Vera Zassúlitch, quando aventou que os vestígios da propriedade comunal na Rússia poderiam servir de ponto de apoio à revolução comunista, o que poria em xeque o esquema histórico da sucessão dos modos de produção que, ainda assim, ele insistia em defender”. Nas palavras de Marx (2017a, p. 850), “a análise apresentada n’*O capital* não oferece razões nem a favor, nem contra a vitalidade da comuna rural, mas o estudo especial que fiz dessa questão, sobre a qual busquei materiais em suas fontes originais, convenceu-me de que essa comuna é a alavanca [*point d’appui*] da regeneração social da Rússia; mas, para que ela possa funcionar como tal, seria necessário, primeiramente, eliminar as influências deletérias que a assaltam de todos os lados e, então, assegurar-lhe as condições normais de um desenvolvimento espontâneo”.

anticapitalistas. Além disso, a autora considera um erro tomar essas organizações como pré-políticas, naturais ou simplesmente modos de produção “tradicionais”, pelo fato de que, “depois de repetidas fases de colonização, natureza e costumes não existem mais em nenhuma parte do mundo, com exceção de onde as pessoas lutaram (e lutam) para preservá-los e reinventá-los” (FEDERICI, 2019b, p. 108, tradução livre).<sup>12</sup>

Em segundo lugar, o olhar de Federici sobre os comuns parte de uma perspectiva feminista, “na qual ‘feminista’ se refere a um ponto de vista constituído pela luta contra a discriminação sexual e sobre o trabalho reprodutivo – que, citando Linebaugh, é a base sobre a qual a sociedade é construída e pela qual todos os modelos de organização devem ser testados.” (FEDERICI, 2019a, p. 306). O olhar feminista lança luz sobre o fato de que as mulheres, justamente por terem sido as mais afetadas com a cisão basilar ao capitalismo entre produção e reprodução, são hoje as protagonistas na proteção e renovação dos comuns. Se no sistema capitalista a reprodução de alguns pressupõe o sofrimento de outros, nenhuma construção dos comuns é possível sem que recombinações aquilo que foi separado pela atual divisão sexual do trabalho.

Especificamente em relação à luta pela terra – tema deste trabalho – Federici é enfática ao afirmar que “hoje, diante de um novo processo de acumulação primitiva, as mulheres são a principal força social que impede o caminho de uma completa comercialização da natureza” (*idem*, p. 313). Os exemplos se acumulam: em 2013, mulheres lideranças indígenas equatorianas marcharam até Quito para protestar contra a decisão do governo de Rafael Correa de iniciar extração petrolífera no Parque Nacional Yasuní. Mais cedo no mesmo ano, milhares de mulheres marcharam até a capital para protestar contra o projeto de mineração contratado pelo governo da empresa chinesa Ecuacorriente. Na Bolívia de Evo Morales, as mulheres lideraram, em 2011 e 2012, as lutas contra a construção de uma rodovia que atravessaria o território indígena do Parque Nacional Isiboro Sécuré.<sup>13</sup> Em 2020, o Brasil possui mais de 90 organizações de mulheres indígenas,<sup>14</sup> de abrangência local, estadual e regional, que estiveram presentes no Acampamento Terra Livre (Brasília, 2019) e das quais partiu a organização da 1ª Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, ocorrida entre 9 e 14 de agosto de 2019 com o tema

---

<sup>12</sup> Do original: “*But it would be a mistake to consider them something pre-political, ‘natural,’ or simply a product of ‘tradition.’ After repeated phases of colonization, nature and customs no longer exist in any part of the world, except where people have struggled to preserve them and reinvent them*”.

<sup>13</sup> Exemplos retirados do livro “*Re-enchanting the World: Feminism and the Politics of the Commons*”, de Silvia Federici.

<sup>14</sup> Dados levantados pelo Instituto Socioambiental, disponíveis em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/organizacoes-de-mulheres-indigenas-no-brasil-resistencia-e-protagonismo>.

“Território: nosso corpo, nosso espírito”. Em março de 2018, cerca de 2 mil mulheres sem terra ocuparam a sede da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), na Bahia, contra as privatizações iniciadas no governo Temer.<sup>15</sup> Federici cita alguns outros exemplos da luta das mulheres ao redor do mundo:

quando as mulheres são agredidas, trata-se de uma sentença de morte para as pessoas das aldeias que dependem das matas, especialmente as mulheres. Logo, as mulheres fazem qualquer coisa para deter os madeireiros. Shiva frequentemente cita, nesse contexto, o Chikpo – um movimento de mulheres em Garhwal, no sopé dos Himalaias, que, no início da década de 1970, começou a abraçar árvores destinadas a cair, e a colocar o corpo entre elas e as motosserras dos madeireiros. Enquanto as mulheres em Garhwal se mobilizaram para evitar que as mulheres fossem derrubadas, em aldeias no norte da Tailândia elas protestavam contra as plantações de eucalipto que foram cultivadas à força em suas fazendas após terem sido expropriadas por uma japonesa fabricante de papel com o apoio do governo militar tailandês. Na África, uma iniciativa importante foi o Green Belt Movement [Movimento cinturão verde], surgido no Quênia, que sob a liderança de Wangari Maathai tem se comprometido a cultivar um cinturão verde em torno das principais cidades do país e, desde 1977, plantou dezenas de milhões de árvores para evitar desmatamento, perda de solo, desertificação e escassez de madeira combustível (FEDERICI, 2019a, p. 298).

Também são as mulheres que, com unhas e dentes, lutam pelo direito à terra como meio de assegurar sua reprodução e, conseqüentemente, a vida de bilhões de pessoas que dependem da produção da agricultura de subsistência. A permanência da agricultura de subsistência em um sistema que tem como pressuposto de desenvolvimento a separação dos produtores da terra só pode ser explicada “através das tremendas lutas das mulheres para resistir à mercantilização da agricultura” (FEDERICI, 2019a, p. 281). Novamente, os exemplos são muitos: a Coordenadora de Mujeres Campesinas (CMC) formada em 1985 em aliança com o Movimiento Capesino Paraguayo (MCP); a Landless Women Association [Associação das mulheres sem terra], em Bangladesh; a National Alliance for Women’s Food Rights [Aliança nacional pelos direitos alimentares das mulheres], na Índia; o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), no Brasil; a atuação das mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), também no Brasil.

Federici também lembra o exemplo do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), um dos primeiros movimentos organizados de contestação do neoliberalismo na América Latina, defendendo uma gestão autônoma e democrática do território e reforma agrária da região dos Chiapas, no México. As mulheres Zapatistas desempenharam um papel fundamental da “despatriarcalização” das suas comunidades, especialmente com a

---

<sup>15</sup> Informações disponíveis em: <https://mst.org.br/2018/03/20/em-defesa-da-agua-mulheres-sem-terra-ocupam-chesf-e-usina-de-xingo-na-regiao-nordeste/>.

Lei Revolucionária de Mulheres, adotada em 1993 e que garante o direito das mulheres à participação na luta revolucionária em pé de igualdade com os homens:

Foi por iniciativa delas [das mulheres zapatistas] e com base em suas ideias e demandas que a Lei Revolucionária de Mulheres do movimento foi adotada em 1993, que, como Klein aponta, “dada a realidade das mulheres indígenas na zona rural de Chiapas da época representava uma postura radical e ... implicou uma série de mudanças dramáticas.” Os dez pontos da lei estabeleceram o direito das mulheres de participar da luta revolucionária da maneira que desejassem, de acordo com sua capacidade; o direito de decidir o número de filhos que têm e cuidam; de escolher seus parceiros e de não se casar; de participar nos assuntos da comunidade e ocupar cargos de autoridade, desde que eleitas livre e democraticamente; de ocupar cargos de liderança na organização e ocupar cargos militares nas forças armadas revolucionárias. Nas palavras de Klein, a adoção da lei foi um “momento decisivo” que “transformou a vida pública e privada nas comunidades zapatistas”. As mulheres perceberam, no entanto, que seu trabalho não havia acabado. Depois que a Lei foi tornada pública, alguns viajaram pelos territórios zapatistas para promover sua aplicação e impor a proibição do consumo de álcool em territórios zapatistas, convencidas de que era uma das principais causas de violência contra elas (FEDERICI, 2019b, 137-138, tradução livre).<sup>16</sup>

A luta das mulheres no campo é indissociável da luta das mulheres em meio urbano. Federici (2019b) destaca, por exemplo, a construção de hortas comunitárias nos Estados Unidos, principalmente por iniciativa de imigrantes africanas e caribenhas, que iniciaram um processo de “*rurbanization*”, indispensável para retomada do controle sobre a produção de alimentos e meios de subsistência. Em África, o cultivo urbano de alimentos é uma importante atividade econômica para mulheres sem terra, que se apropriam de terras públicas e privadas para garantir a sua subsistência e a subsistência da cidade – 90% dos vegetais consumidos em Acra, capital de Gana, por exemplo, provêm de hortas urbanas, cultivadas principalmente por mulheres.<sup>17</sup> Essas terras são “o começo de um comum, na medida em que sua apropriação produz uma relação diferente com o espaço público – uma relação de gestão direta e responsabilidade, restaurando a simbiose

---

<sup>16</sup> Do original: “*It was through their initiative and on the basis of their ideas and demands that the movement’s Women’s Revolutionary Law was adopted in 1993, which, as Klein points out, “given indigenous women’s reality in rural Chiapas at the time represented a radical stance and ... implied a series of dramatic changes.” The law’s ten points established women’s right to participate in the revolutionary struggle in any way they desired, according to their capacity; the right to decide the number of children they have and care for; to choose their partners and not enter into marriage; to participate in community affairs and hold positions of authority, if they are freely and democratically elected; to occupy positions of leadership in the organization and hold military ranks in the revolutionary armed forces. In the words of Klein, the adoption of the law was a “watershed moment” that “transformed public and private life in Zapatista communities.” The women realized, however, that their work was not over. After the Law was made public, some traveled throughout the Zapatista territories to promote its application and impose a ban on alcohol consumption in Zapatista territories, convinced it was a major cause of violence against them*”.

<sup>17</sup> Para mais exemplos e detalhes, ver o ensaio “*Women’s Struggles for Land in Africa and the Reconstruction of the Commons*”, de Silvia Federici, encontrado no seu livro “*Re-enchanting the world: Feminism and the Politics of the Commons*”.

das pessoas com o ambiente natural” (FEDERICI, 2019b, p. 127 tradução livre).<sup>18</sup> As lutas dessas mulheres, tanto no campo quanto na cidade, “moldam uma identidade coletiva, constituem um contrapoder em casa e na comunidade e abrem um processo de autovalorização e autodeterminação com o qual temos muito o que aprender” (FEDERICI, 2019a, p. 315). Mais do que isso,

como Raúl Zibechi freqüentemente observou, nas *villas* da Argentina, México, Peru, como nas comunidades camponesas/índigenas e afrodescendentes da América Latina, um novo mundo e uma nova política estão se formando. É um mundo que dá uma nova vitalidade à tão abusada noção de comum, resignificando-a não apenas como uma riqueza a ser compartilhada, mas como um compromisso com o princípio de que esta vida que temos deve ser uma vida digna de ser vivida. Em seu centro, como escreveu Raquel Gutiérrez, estão a reprodução da vida material, seu cuidado e a reapropriação da riqueza produzida coletivamente, organizada de forma subversiva; pois se baseia na possibilidade de “articular a atividade humana e a criatividade para fins autônomos” (FEDERICI, 2019b, p. 146, tradução livre).<sup>19</sup>

O esforço das mulheres pela coletivização do trabalho reprodutivo na luta pela terra representa não só um meio de diminuir o custo da reprodução, mas também de se proteger contra a pobreza, a violência machista e a exploração do capital. Elas estão na frente desta luta há muito tempo e devem ser reconhecidas como lideranças – não pelo fato de serem mulheres, mas como maneira de reconhecimento das “experiências, [d]o conhecimento e [d]as lutas que as mulheres acumularam no que se refere ao trabalho reprodutivo, cuja história tem sido uma parte essencial da nossa resistência ao capitalismo” (FEDERICI, 2019a, p. 323).

## Conclusão

Este trabalho buscou chamar atenção para o fato de que a superação da divisão entre produção e reprodução, o fim da separação entre público e privado, é uma precondição para a satisfação das nossas necessidades mais básicas. As mulheres estão

---

<sup>18</sup> Do original: “*In this sense, we can say that this land is the beginning of a common, in that its appropriation produces a different relationship to public space—a relationship of direct management and responsibility, restoring people’s symbiosis with the natural environment*”.

<sup>19</sup> Do original: “*Thus, as Raúl Zibechi has often noted, in the villas of Argentina, Mexico, Peru, as in the peasant/indigenous and Afro-descendent communities of Latin America, a new world and a new politics are in the making. It is a world that gives a new vitality to the much abused notion of the commons, resignifying it as not only a wealth to be shared but as a commitment to the principle that this life we have should be a vida digna de ser vivida; a life, that is, worthy of being lived. At its center, as Raquel Gutiérrez, has written, are the reproduction of material life, its care, and the reappropriation of wealth collectively produced, organized in a way that is subversive; for it is based on the possibility to “articulate human activity and creativity for autonomous ends”.*”.

dentre as mais afetadas pela violência do movimento de acumulação capitalista, justamente porque a responsabilidade (historicamente atribuída à elas) pela reprodução da vida as faz mais dependentes dos comuns. A luta das mulheres pela reorganização do trabalho reprodutivo, portanto, não é uma questão de “identidade de gênero”: é uma questão de trabalho, de segurança e deve ser o fundamento de qualquer esforço anticapitalista. O marxismo precisa ser feminista.

## Referências bibliográficas

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.

EM DEFESA da água, mulheres Sem Terra ocupam Chesf e Usina de Xingó, na região Nordeste. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/03/20/em-defesa-da-agua-mulheres-sem-terra-ocupam-chesf-e-usina-de-xingo-na-regiao-nordeste/>. Acesso em: 29 mai. 2021.

FEDERICI, Sílvia. **O calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

\_\_\_\_\_. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019a.

\_\_\_\_\_. **Re-enchanting the World**: Feminism and the Politics of the Commons. Oakland: PM Press, 2019b.

FAO. **The role of women in agriculture**. ESA Working Paper No. 11-02, mar. 2011. Disponível em: <http://www.fao.org/3/am307e/am307e00.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2021.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do Capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Tradução de Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011, p. 627-685.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017a, p. 785-844.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. Livro III: o processo global de produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. Edição de Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo, 2017b, p. 223-597.

ORGANIZAÇÕES de Mulheres Indígenas no Brasil: resistência e protagonismo. **Instituto socioambiental**, 05 ago. 2020. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias->

socioambientais/organizacoes-de-mulheres-indigenas-no-brasil-resistencia-e-protagonismo.  
Acesso em: 29 mai. 2021.